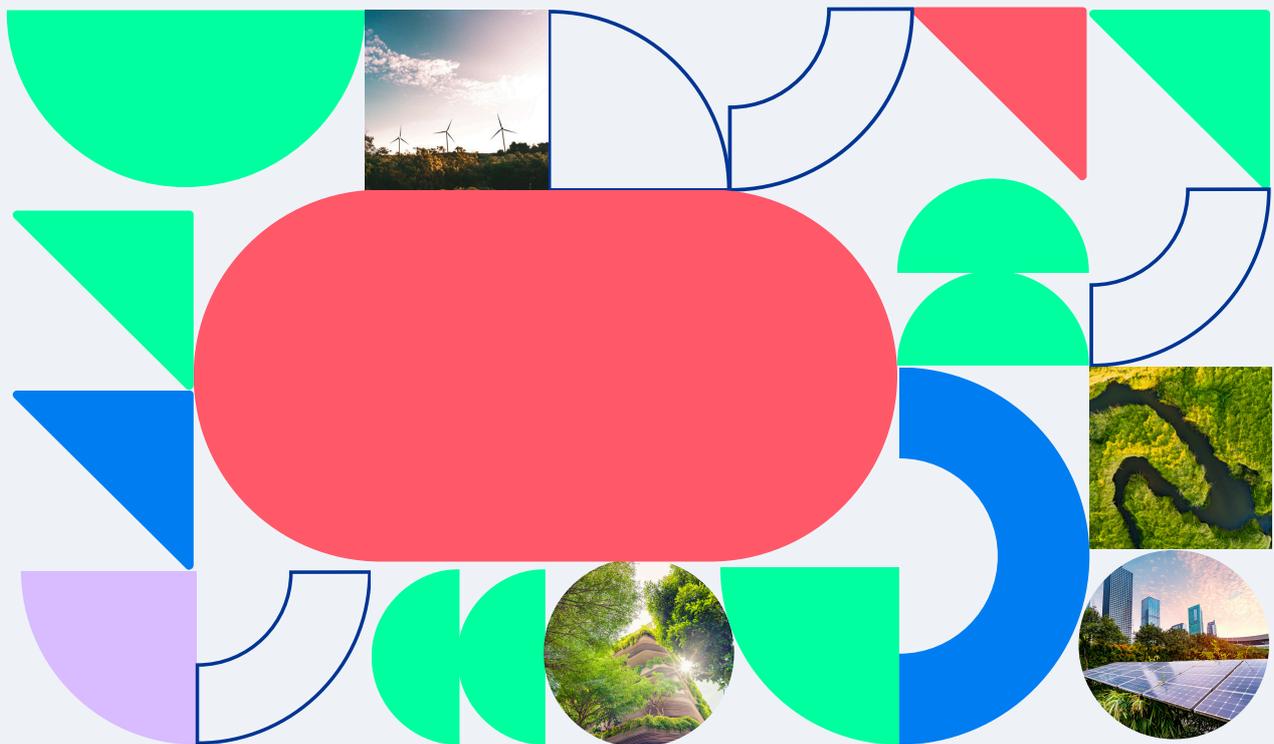


Visão dos Negócios na Construção do **Plano Clima** **Mitigação**





Considerando a consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Mitigação, componente do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) que será o guia da política climática brasileira até 2035, a ICC Brasil reuniu as principais contribuições e pontos de atenção dos negócios à construção do Plano.

Reconhecemos e celebramos que muitos deles já estão endereçados parcial ou integralmente nos capítulos 3 (Objetivo Geral, Diretrizes e Meta Nacional de Mitigação), 4 (Objetivos Nacionais e Prioridades Setoriais de Mitigação) e 5 (Gestão do Plano) da Estratégia.

Reforçamos que o setor privado pode e deve ser parte da solução climática e, portanto, o diálogo e a integração ao longo do processo são fundamentais para a definição de metas implementáveis e alinhadas à realidade dos negócios.

Visão dos Negócios na Construção do Plano Clima - Mitigação

| Clareza do Plano para viabilizar a participação da iniciativa privada

O Plano Clima deve oferecer diretrizes para efetiva implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). É necessário que as metas e planos de ação setoriais sejam claros, transparentes e de fácil entendimento, a fim de fornecer a confiança necessária para que as empresas adotem estratégias climáticas conectadas à NDC. É fundamental que estejam detalhadas quais serão as medidas regulatórias e financeiras planejadas para atingimento das metas nacionais, levando em consideração também a transversalidade da agenda climática a fim de garantir transição justa, o desenvolvimento tecnológico e geração de empregos verdes, por exemplo.

Nesse sentido, é importante estar claro para as empresas de que maneira elas deverão atuar no novo cenário regulatório e alcançar o cumprimento de suas metas. Para tanto, é fundamental haver maior diálogo e alinhamento entre os diferentes órgãos públicos, em especial quanto à metodologia que será utilizada na formulação dos Planos Setoriais e a utilizada na NDC.



Reconhecemos os esforços dos diferentes Ministérios envolvidos na construção do Plano Clima em dialogar com o setor produtivo e reforçamos ser fundamental que as contribuições sejam efetivamente consideradas.

| Alinhamento de políticas domésticas e atração de investimentos

A construção do Plano Clima oferece uma janela importante de geração de oportunidades para atração de investimentos internacionais, uma vez que o Brasil tem plena capacidade de não apenas atingir suas metas nacionais, mas contribuir com os compromissos de "globalmente triplicar a capacidade energética renovável e dobrar a taxa anual de eficiência energética até 2030", na "substituição gradual de combustíveis fósseis", conforme adotado pelos países signatários do Acordo de Paris durante a COP28, em Dubai.

É imprescindível que as discussões do Plano Clima e de mecanismos de implementação sejam integradas. Nesse sentido, reforçamos a necessidade de alinhamento entre diferentes políticas públicas existentes e as atualmente em elaboração. Definições estratégicas e claras como o papel do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e do mecanismo do Artigo 6 do Acordo de Paris no atingimento das metas nacionais são fundamentais, bem como a conexão com o Plano de Transformação Ecológica, em especial a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) que pode vir a direcionar recursos públicos e privados à ação climática.

É recomendável que o Plano Clima também reforce o compromisso do Brasil com a integridade ambiental e com o desenvolvimento de estruturas robustas de governança climática. Essa abordagem é fundamental para garantir a credibilidade do país em sua participação nos mercados internacionais de carbono e no uso dos mecanismos do Artigo 6 do Acordo de Paris, bem como na efetividade e atratividade de plataformas como o Fundo Amazônia e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP).

Além disso, considerando que as mudanças climáticas possuem relação direta com a perda da biodiversidade, entendemos que a inclusão de mecanismos direcionados ao fomento de sua conservação e uso sustentável também estaria



alinhada com os objetivos do Plano Clima, além de contribuir com Marco Global da Biodiversidade.

Igualmente, consideramos que outros temas relacionados ao desenvolvimento socioambiental também são relevantes e poderiam ser contemplados, de alguma forma, no Plano Clima Mitigação, como o fortalecimento dos programas governamentais para desenvolvimento do mercado voluntário de carbono, a fim de inclusive oferecer segurança jurídica aos investimentos e contratos de offtaking de carbono feitos por empresas estrangeiras em desenvolvedores locais. Ainda neste sentido, é importante a regulamentação do Consentimento Prévio, Livre e Informado às comunidades tradicionais, que, por muitas vezes, é um tema de entrave na implementação de projetos estruturantes em razão da falta de parâmetros claros para sua execução.

Esperamos também que o Plano Clima Mitigação traga uma estratégia concreta de transição energética, envolvendo todos os setores econômicos e proporcionando realinhamento do setor de energia no Brasil, além de medidas e incentivos para maior eficiência energética, tanto em transmissão quanto utilização. O Plano Clima também pode oferecer as bases para um plano de integração energética regional e com outros países, considerando as melhores práticas internacionais para o setor.

Ainda em termos de inserção internacional, esperamos que esta seja uma oportunidade de se discutir e endereçar não apenas a redução das emissões, mas a atração de investimentos estrangeiros – explorando também mecanismos de hedge cambial e instrumentos de garantia de investimentos em tecnologias emergentes. É também oportuno considerar a modernização de processos industriais, aprimoramento e diversificação da infraestrutura logística – que hoje compõe uma das principais causas do chamado Custo Brasil (<https://custobrasil.org.br/>) e cujos desafios posicionam o país em 51º no ranking Logistics Performance Index de 2023 do Banco Mundial, (<https://lpi.worldbank.org/international/global>), contribuindo também para competitividade do país em mercados internacionais.



A transformação ecológica traz consigo a oportunidade de geração de empregos verdes e demandará, portanto, o desenvolvimento de novas capacidades.

Consideramos fundamental que o Plano Clima considere políticas e incentivos ao desenvolvimento tecnológico voltado às soluções climáticas - tanto em termos de mitigação quanto a adaptação.

A esse respeito, o Plano Clima poderia incluir o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica voltada à descarbonização, com foco especial nos setores industriais de difícil abatimento, promovendo instrumentos de apoio à adoção de tecnologias como captura e armazenamento de carbono (CCS) e hidrogênio de baixo carbono. Neste mesmo racional, o Plano Clima deve considerar também fomento à tecnologia de ponta para o desenvolvimento da bioeconomia do conhecimento, incentivando a escalabilidade de biossoluções e bioprodutos, por exemplo.

A ICC Brasil segue comprometida em impulsionar o diálogo público-privado na construção de políticas públicas efetivas para incentivar a bioeconomia e a transição para uma economia de baixo carbono, mais resiliente, inclusiva e competitiva internacionalmente.



| Sobre a International Chamber of Commerce - ICC

A ICC é representante institucional de mais de 45 milhões de empresas em mais de 100 países, sendo a única instituição do setor privado que detém, desde 2016, o status de observador junto à Assembleia Geral das Nações Unidas. A ICC tem como missão promover a paz, a prosperidade e a redução das desigualdades sociais através do comércio justo e sustentável, fortalecendo o multilateralismo e o apoio do setor empresarial ao desenvolvimento econômico. Com mais de 50 anos de engajamento junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a ICC também atua desde a primeira Conferência das Partes como ponto focal da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para Constituição de organizações não-governamentais de Negócios e Indústria (BINGO Constituency da UNFCCC), sendo importante facilitador do diálogo entre setor privado, Presidências das COPs e negociadores. Desde a COP27, realizada no Egito, a instituição conta com um pavilhão próprio na Zona Azul.

O Conselho Global da ICC é atualmente presidido por Philippe Varin e entre seus ex-Presidentes estão líderes como Paul Polman e Ajay Banga.

| Sobre a ICC Brasil

Fundada em 2014, a ICC Brasil congrega mais de 200 membros com o objetivo de impulsionar a elaboração de políticas públicas que potencializem o desenvolvimento socioeconômico do país, trabalhando continuamente por meio da interlocução entre os setores privado e público. Um de seus pilares fundamentais de atuação é sustentabilidade, trabalhando em diálogo contínuo com Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, entre outros órgãos públicos, em assuntos-chave como mitigação da mudança do clima, conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O Conselho Superior da ICC Brasil é presidido por Daniel Feffer (Suzano) e entre seus membros estão líderes empresariais como André Clark Juliano (Siemens Energy), Tania Cosentino (Microsoft), Roberto Azevêdo (Ambipar), Francisco Gomes Neto (Embraer) e Marianne Coutinho (KPMG).



**Conteúdo produzido por integrantes
da Equipe Executiva da ICC Brasil:**

Gabriella Dorlhiac, Diretora Executiva

Paula Costim, Head de Policy

Danielle Berini, Coordenadora de
Policy para Sustentabilidade

Guilherme Rabel, Analista Júnior de
Policy

Colaboração especial:

Keyvan Macedo, Consultor Sênior em
Sustentabilidade

**Liderança da Comissão de Meio
Ambiente e Energia da ICC
Brasil:**

Chair: Renata Amaral, Sócia do
Trench Rossi Watanabe
Advogados

Vice-chair: Mariana Barbosa,
Diretora Jurídica e de Relações
Institucionais da re.green

Vice-chair: Angela Nogueira Fey,
Sustainability Manager Region
Latin America na Novonesis